

# SUGAR EXPRESS TRANSPORTES S.A.

CNPJ nº 11.896.499/0001-83

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2014. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2014	2013
<b>Ativos</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.902	4.721
Contas a receber de clientes	6	11.111	5.759
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.740	883
Outras contas a receber		12	1
Total do ativo circulante		17.765	11.364
<b>Ativo não circulante</b>			
Ativo fiscal diferido	8	2.275	110
Imobilizado		7	13
Total do ativo não circulante		2.282	123
<b>Total dos ativos</b>		<b>20.047</b>	<b>11.487</b>
<b>Passivos</b>			
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores		32	1.165
Dividendos a pagar	11	-	92
Adiantamentos de clientes		121	121
Impostos e contribuições a recolher		36	9
Outras contas a pagar	9	1.774	-
Total do passivo circulante		1.963	1.387
<b>Passivo não circulante</b>			
Operações com mútuo	11	21.524	9.339
Total do passivo não circulante		21.524	9.339
<b>Passivo a descoberto</b>			
Capital social		50	50
Reserva legal		10	10
Reserva de retenção de lucros		-	701
Prejuízo acumulado		-	761
Total do passivo a descoberto	12	(3.501)	-
Total dos passivos		23.488	10.726
Total dos passivos e patrimônio líquido		20.047	11.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO (PASSIVO A DESCOBERTO) E PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
<b>Em 2012</b>	50	10	425	-	485
Lucro líquido do exercício	-	-	-	368	368
Destinação do lucro:					
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(92)	(92)
Constituição de reserva de lucro	-	-	276	(276)	-
<b>Em 2013</b>	50	10	701	-	761
Prejuízo do exercício	-	-	-	(4.202)	(4.202)
Absorção de prejuízo	-	-	(701)	701	-
<b>Em 2014</b>	50	10	-	(3.501)	(3.441)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional**  
A Companhia é uma Sociedade Anônima, com sede social na cidade de Ribeirão Preto a Rua Peru, 2.400, sala 01, Distrito Industrial Coronel Quito Junqueira - Ribeirão Preto/SP - CEP 14075-310, estado de São Paulo.

A Companhia tem as seguintes atividades preponderantes em seu objetivo social: • Transportadora rodoviária de cargas secas e líquidas de produtos perigosos, em todo o território nacional, mediante caminhões próprios e/ou de terceiros; • Atuação como operadora de transporte multimodal; • Recebimento, entrega, desembarque e movimentação de cargas e de mercadorias em geral; e • A participação em outras sociedades. Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2014, a Companhia apresentou prejuízos significativos e por consequência, passivo a descoberto. A Administração considera o pressuposto de continuidade para a elaboração dessas demonstrações financeiras, considerando o suporte do acionista controlador.

**2. Base de preparação**  
**a. Declaração de conformidade:** As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais aspectos da legislação aplicável emanada da legislação societária. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de junho de 2014.  
**b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado reconhecidos nos balanços patrimoniais.  
**c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.  
**d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IFRS, respectivamente, exige que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentaram efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão relacionadas ao valor residual do ativo imobilizado.

**3. Principais políticas contábeis**  
As políticas contábeis abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto em casos indicados em contrário.

**a. Instrumentos financeiros:** (i) *Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos aos recebíveis de caixa os contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos são reconhecidos como um ativo ou passivo separado. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor justo por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis. (ii) *Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. (iii) *Capital social:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido, se deliberados antes do final do exercício. **b. Imobilizado:** (i) *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo do imobilizado inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui: o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado. (ii) *Depreciação:* A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média anual ponderada estimada para o exercício corrente é de 20% para veículos. O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. **c. Redução ao valor recuperável (impairment):** (i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se houver evidência de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, cujo o evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia sobre condições de que não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições

econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetivo original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme IAS 39/CPC 38 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". (ii) *Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou sua UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas nas sobras e perdas do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base "pro rata". Para os ativos que apresentam perdas de valor recuperável, que tenham sido reconhecidos em exercícios anteriores, novas avaliações são feitas a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **d. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao término dos carregamentos efetuados. **e. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem, substancialmente, receitas de juros de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, corretagens e tarifas. **f. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos do exercício corrente e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

**4. Determinação do valor justo**  
Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. (i) *Contas a receber de clientes:* O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. (ii) *Passivos financeiros não derivativos:* O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**  
Depósitos à vista  
Aplicações financeiras  
Total

	2014	2013
Depósitos à vista	678	85
Aplicações financeiras	4.223	4.636
Total	4.902	4.721

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa, remunerados substancialmente a 100,0% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 10.

**6. Contas a receber de clientes**  
Clientes no país

	2014	2013
Clientes no país	11.111	5.759

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 10.

**7. Impostos a recuperar**  
PIS/COFINS  
IRPJ/CSLL  
Total

	2014	2013
PIS/COFINS	738	226
IRPJ/CSLL	1.002	657
Total	1.740	883

Prejuízo fiscal a compensar  
Total

	2014	2013
Prejuízo fiscal a compensar	2.275	110
Total	2.275	110

Movimentação das diferenças temporárias durante o ano:

	Saldo em 2013	Reconhecida no resultado	Saldo em 2014
Prejuízo fiscal a compensar	110	2.165	2.275
Total	110	2.165	2.275

Os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos, uma vez que a Administração analisou suas estimativas de resultados futuros e considerou provável que os lucros tributáveis futuros estariam disponíveis, podendo ser utilizados contra tais despesas.

**8. Outras contas a pagar**  
Fretes a pagar  
Outros  
Total

	2014	2013
Fretes a pagar	1.493	-
Outros	281	-
Total	1.774	-

**10. Instrumentos financeiros**  
**Gerenciamento de risco financeiro: Visão geral:** A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados, visando mitigá-los. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados. Os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessa demonstração financeira. **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Diretoria é monitorar os potenciais riscos operacionais

## DIRETORIA

Luís Roberto Pogetti - Diretor Presidente  
Paulo Roberto de Souza - Diretor Superintendente

Soren Hoed Jensen - Diretor  
Alexandre de Mattos Setten - Diretor

Contador - Carlos Cavalcante Guimarães - CRC-TC 1SP194441/O-2

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2014	2013
Receitas líquidas	13	39.645	19.406
Custo das vendas	14	(43.866)	(18.430)
<b>(Prejuízo) lucro bruto</b>		<b>(4.221)</b>	<b>976</b>
Despesas administrativas		(125)	(272)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>(4.346)</b>	<b>704</b>
Receitas financeiras	15	307	122
Despesas financeiras	15	(2.328)	(562)
<b>Finanças líquidas</b>		<b>(2.021)</b>	<b>(440)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(6.367)</b>	<b>264</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	-	(6)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	2.165	110
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>		<b>(4.202)</b>	<b>368</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
	2014	2013	
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	(4.202)	368	
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(4.202)</b>	<b>368</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
	2014	2013	
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	(4.202)	368	
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	6	6	
Impostos diferidos	(2.165)	(110)	
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
(Aumento) de contas a receber de clientes	(5.350)	(5.759)	
Aumento em partes relacionadas	12.185	7.871	
(Aumento)/diminuição em impostos e contribuições a recuperar	(857)	74	
(Aumento) em outras contas a receber	(12)	(1)	
(Diminuição)/aumento em fornecedores	(1.132)	1.155	
Aumento em impostos e contribuições a recolher	27	9	
Aumento/(diminuição) em outras contas a pagar	1.774	(165)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(561)	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>274</b>	<b>2.887</b>	
Dividendos pagos	(92)	(142)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(92)</b>	<b>(142)</b>	
<b>Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>182</b>	<b>2.745</b>	
<b>Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa</b>			
No final do exercício	4.902	4.721	
No início do exercício	4.721	1.976	
<b>Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>181</b>	<b>2.745</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos evitando procedimentos de controle que não são eficazes. Os instrumentos financeiros são classificados como seguem:

	2014	2013		
<b>Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4.902	4.721		
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Contas a receber de clientes	11.111	5.759		
<b>Passivos mantidos pelo custo amortizado</b>				
Fornecedores	32	1.165		
Outras contas a pagar	1.774	-		
<b>Valor justo:</b> Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:				
	2014	2013		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4.902	4.902	4.721	4.721
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Contas a receber de clientes	11.111	11.111	5.759	5.759
Outras contas a receber	12	12	1	1
<b>Passivos mant</b>				